

# Características do Emprego Formal segundo a Relação Anual de Informações Sociais - 2012

## - RAIS 2012 -

A Relação Anual de Informações Sociais – RAIS é um Registro Administrativo e constitui uma das principais fontes de informações sobre o mercado de trabalho formal brasileiro, que permite o acompanhamento e a caracterização do emprego formal. O tratamento estatístico das informações provenientes da RAIS possibilita a obtenção de dados mais desagregados em termos geográficos, setoriais e ocupacionais, chegando em nível de município, classes de atividades econômica e ocupações. Em razão de sua multiplicidade de informações de interesse social, possui um enorme potencial como fonte de dados, capaz de subsidiar os diagnósticos e fundamentar as políticas públicas de emprego e renda, possibilitando aos gestores delinear, com maior precisão, ações que reduzam as disparidades sociais.

Com o objetivo de dar continuidade às análises dos anos anteriores, serão apresentados os principais resultados do comportamento do emprego formal e da remuneração média no ano de 2012, a partir dos dados da RAIS, que abrangem todos os vínculos formais (celetistas, estatutários, temporários, avulsos, entre outros), adotando os mesmos recortes setoriais e geográficos, com a finalidade de monitorar a evolução desses indicadores, inclusive segundo gênero, grau de instrução, raça/cor, pessoas com deficiência e porte dos estabelecimentos.

Vale mencionar que os Registros Administrativos possuem uma gama ampla de informações sobre o mercado de trabalho formal, porém, como toda fonte de informação, apresentam vantagens e limitações quanto ao uso de seus dados, necessitando de cautela na utilização e interpretação dos mesmos. A principal vantagem apontada dessa fonte de informação está relacionada à sua abrangência e ao nível de desagregação das variáveis, permitindo inúmeros cruzamentos em termos geográficos, setoriais e ocupacionais, envolvendo informações dos estabelecimentos (atividade econômica, porte etc.) e dos atributos dos trabalhadores (gênero, salário, raça/cor, etc.). Por outro lado, a maior desvantagem considerada refere-se à omissão das declarações dos estabelecimentos, seguida por erro de preenchimento decorrente de informações incompletas ou incorretas, além do problema de declarações agregadas na matriz, quando o correto seria fornecer as informações por estabelecimento. Caso se observe uma variação relativa muito elevada, destoante daquela normalmente esperada com base na série histórica, solicita-se entrar em contato com os técnicos da área, para melhor entendimento da situação.

Para maiores esclarecimentos sobre a RAIS 2012, recomenda-se a leitura da Nota Técnica nº 091/2013, de 10/10/2013.

Tendo em vista que a RAIS é uma base de informações que, dada a sua abrangência, contempla a possibilidade de inúmeros cruzamentos de variáveis, caracterizando-a como uma fonte de riqueza ímpar, os resultados apresentados neste texto não pretendem esgotar a grande diversidade de exercícios que poderão ser elaborados a partir dos dados desse Registro Administrativo.

## Principais Resultados da RAIS 2012

De acordo com o IBGE, em 2012, espelhando o desaquecimento da economia, o Produto Interno Bruto – PIB registrou um crescimento de 0,9%, apresentando uma desaceleração no nível de atividade econômica, quando comparado com o resultado ocorrido no ano anterior, da ordem de 2,7%.

O crescimento do PIB neste ano foi impulsionado, sobretudo, pela expansão da demanda interna, em que se destaca o componente correspondente ao consumo das famílias, que contribuiu com 1,85% na taxa de crescimento do PIB, proporcionado pelo aumento da massa salarial.

No tocante ao emprego formal, os dados da RAIS, para o ano de 2012, apontaram uma expansão de 2,48% no total de vínculos ativos de 31 de dezembro comparativamente ao mesmo período do ano anterior, indicando a geração de 1,148 milhões de postos de trabalho. Tal comportamento mantém a trajetória de crescimento do emprego ininterrupta, apontando uma perda de dinamismo, já detectada no ano de 2011, quando se verificou uma geração de 2,242 milhões de empregos ou +5,09%, a segunda maior da série histórica da RAIS, sendo superada pelo resultado recorde de 2010 (+2,861 milhões de emprego ou +6,94%).

Por outro lado, cumpre destacar que a manutenção do crescimento do emprego formal em um patamar expressivo, embora sinalizando arrefecimento no seu ritmo de crescimento, contribuiu para a queda da taxa de desemprego no Brasil: em 2012, a taxa de desemprego brasileira, medida pela PME (Pesquisa Mensal de Emprego) do IBGE, atingiu, em dezembro de 2012, o patamar de 4,6%, alcançando um mínimo histórico da série iniciada em 2002. No ano, a taxa de desemprego ficou em 5,5%, que representa, igualmente, a menor taxa da série anual deste indicador. No mesmo ano, as taxas de desemprego dos países desenvolvidos foram superiores às observadas no Brasil e no âmbito da América Latina que no terceiro trimestre de 2012 registrou uma taxa de 6,5% de desemprego urbano. A taxa de desemprego, segundo dados da Eurostat, na zona do Euro, em 2012, ficou em 11,4% e a taxa de desemprego da União Européia e dos Estados Unidos ficaram, respectivamente, em 10,5% e 8,1%.

No ano em análise, os dados por tipo de vínculos mostram que a dinâmica do emprego formal do mercado de trabalho, de modo semelhante à registrada em anos anteriores, decorreu do dinamismo do emprego formal celetista, que cresceu 3,46%, representando um incremento de 1,301 milhão de postos de trabalho e do declínio de 1,76% dos vínculos empregatícios estatutários, equivalente à supressão de 152,8 mil postos de trabalho. Note-se que esse desempenho negativo do emprego estatutário, ocorreu após uma trajetória de crescimento ininterrupto nos dez últimos anos. A queda do emprego estatutário está relacionada, em grande parte, ao declínio dos vínculos empregatícios do tipo servidor público não efetivo, que apresentaram redução de 351,8 mil postos de trabalho no período, cujo desempenho pode ser justificado, em parte, ao desaquecimento do mercado de trabalho, associado à dinâmica eleitoral, no âmbito da administração pública municipal, conjugados à persistência de omissões/atrasos de declarações inerentes a este registro, particularmente neste setor. Cabe salientar que tanto o emprego celetista, quanto o estatutário evidenciaram comportamento mais desfavorável comparativamente ao ano de 2011, dando continuidade ao processo de desaceleração ocorrido naquele ano, cujos percentuais de crescimento foram 7,87% em 2010, ante 5,96% em 2011, no caso dos celetistas, e de 3,26% e 1,47%, nos respectivos anos, no que se refere aos estatutários.

Quando se confrontam a taxa de crescimento do PIB de 2012 (0,9%) com o crescimento do emprego formal segundo a RAIS (2,48%), os dados demonstram que a

relação emprego formal/produto, continua amplamente favorável nesse ano, tal como ocorreu em 2011 (2,7% para o PIB, ante 5,09%) para o emprego formal.

O montante de vínculos empregatícios ativos em 31 de dezembro de 2012, no País, atingiu 47,459 milhões, que, adicionado aos vínculos inativos, de 25,868 milhões, totalizou 73,326 milhões. No caso dos inativos, verificou-se um aumento de 4,90%, percentual superior ao registrado para os ativos (2,48 %), enquanto a totalidade de vínculos aumentou 3,32% no período.

Com relação ao número de estabelecimentos declarantes, os dados revelam que, em 2012, houve um arrefecimento no ritmo de crescimento desse indicador, que apresentou um aumento de 0,19%, ao registrar uma totalidade de 7,901 milhões de estabelecimentos declarantes, ante 7,885 milhões de estabelecimentos em 2011, um percentual bem abaixo do registrado em 2011 (3,52%). Contribuíram para esse resultado um crescimento mais modesto dos estabelecimentos com vínculos (2,93%, cujo montante atingiu 3,696 milhões de estabelecimentos), ante um aumento de 5,50% no ano anterior, e uma redução dos estabelecimentos sem vínculos empregatícios, que totalizaram em 2012, 4,205 milhões, apontando um recuo de 2,10%, contra um aumento tímido de 1,92% em 2011.

Ao realizar uma análise mais aprofundada do comportamento da redução do número de estabelecimentos da RAIS NEGATIVA (estabelecimentos sem vínculos), percebe-se que 74,6% dos declarados em 2011 declararam em 2012, sendo que 5,5% declararam com vínculos empregatícios e 1,3% como Microempreendedor. Em outros termos, a leitura desses dados indica que o declínio no número de estabelecimentos sem vínculos está associado em parte a migração de estabelecimentos sem vínculos para aqueles com vínculos e para empreendedores individuais, fenômeno que também ocorreu no ano anterior, o que pode ser um prenúncio de uma tendência. Deve-se acrescentar ainda que o comportamento da redução da RAIS negativa pode estar atrelado também a questões econômicas, bem como pode estar vinculado à omissão de declaração por parte dos estabelecimentos. Dessa forma, com base no exposto, a desaceleração no nível de emprego foi acompanhada também de um desempenho menos favorável de expansão dos estabelecimentos.

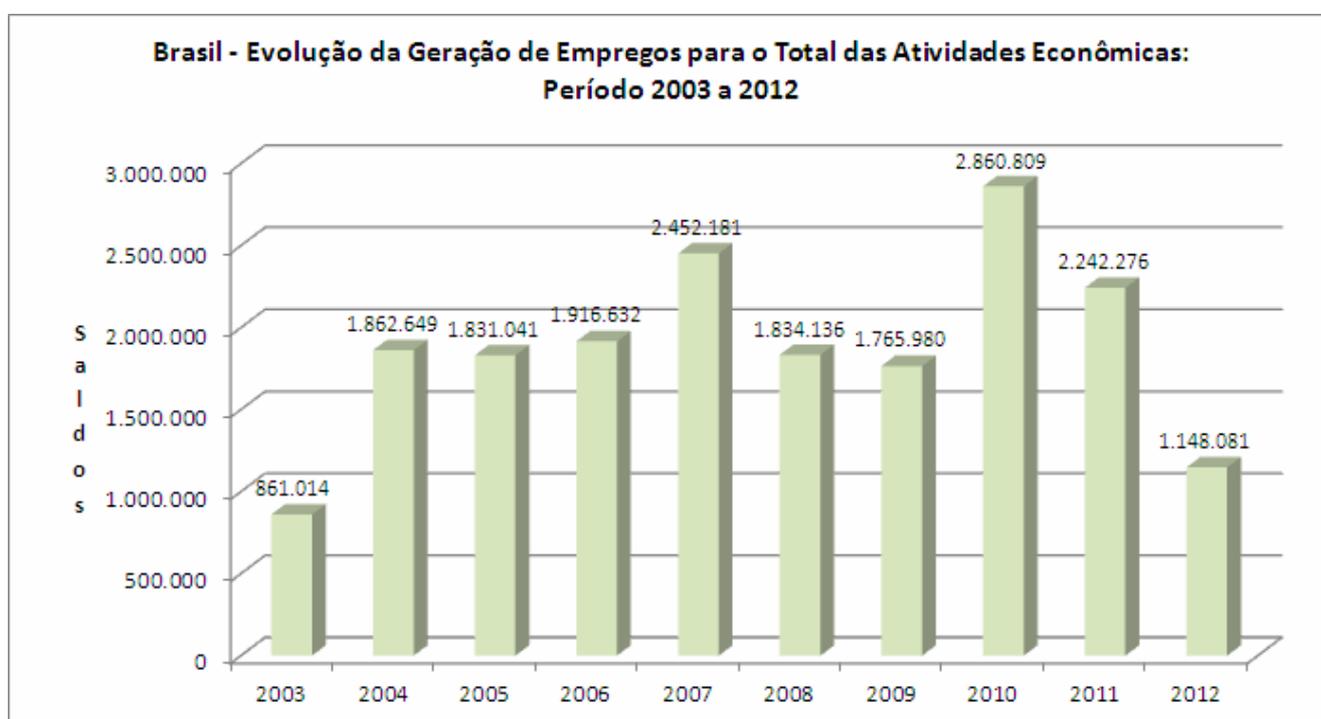
No tocante ao comportamento do emprego celetista, cabe mencionar que os dados da RAIS de 2012 apontam a mesma tendência dos dados do CAGED, que abrange somente os vínculos empregatícios regidos pela CLT indicando uma ligeira queda quando confrontado com o montante apurado pelo CAGED nesse ano. De acordo com este registro, foram gerados 1,316 milhão de postos de trabalho, tomando como referência o mês de janeiro de 2013, segundo a metodologia que incorpora as declarações recebidas fora do prazo, que foi implementada com o objetivo de reduzir a distância entre a geração empregos apontada pelas duas fontes.

**TABELA 1**  
**NÚMERO DE EMPREGOS, VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA**  
**BRASIL - TODAS AS ATIVIDADES**

<b>Ano</b>	<b>Nº Empregos</b>	<b>Variação Absoluta</b>	<b>Variação Relativa (%)</b>
1985	20.492.131	-	-
1986	22.164.306	1.672.175	8,16
1987	22.617.787	453.481	2,05
1988	23.661.579	1.043.792	4,61
1989	24.486.568	824.989	3,49
1990	23.198.656	-1.287.912	-5,26
1991	23.010.793	-187.863	-0,81
1992	22.272.843	-737.950	-3,21
1993	23.165.027	892.184	4,01
1994	23.667.241	502.214	2,17
1995	23.755.736	88.495	0,37
1996	23.830.312	74.576	0,31
1997	24.104.428	274.116	1,15
1998	24.491.635	387.207	1,61
1999	24.993.265	501.630	2,05
2000	26.228.629	1.235.364	4,94
2001	27.189.614	960.985	3,66
2002	28.683.913	1.494.299	5,50
2003	29.544.927	861.014	3,00
2004	31.407.576	1.862.649	6,30
2005	33.238.617	1.831.041	5,83
2006	35.155.249	1.916.632	5,77
2007	37.607.430	2.452.181	6,98
2008	39.441.566	1.834.136	4,88
2009	41.207.546	1.765.980	4,48
2010	44.068.355	2.860.809	6,94
2011	46.310.631	2.242.276	5,09
2012	47.458.713	1.148.082	2,48

Fonte: RAIS - CGET/DES/SPPE/MTE

Gráfico 1



## I – Emprego

### I.1 – Emprego Setorial

A análise setorial mostra que a expansão do emprego formal em 2012 ocorreu em quase todos os setores, com destaque para a expansão de 12,06% no setor da Indústria Extrativa Mineral, que registrou o maior crescimento relativo de todos os setores da economia, seguido pelos setores dos Serviços (+5,17%) e do Comércio (+4,34%). Em termos absolutos, a liderança na geração de empregos coube ao setor Serviços, replicando o comportamento de liderança deste setor na geração de empregos observado no ano anterior, respondendo sozinho pela geração, em 2012, de +794,9 mil postos de trabalho.

O setor Comércio, consoante com a dinâmica macroeconômica, em que o maior contribuinte líquido para o crescimento do produto foi o consumo final, sobretudo o consumo das famílias, registrou um aumento de 383, 5 mil empregos.

Os setores que tiveram retração no nível de empregos foram a Administração Pública, com a redução de 166,2 mil postos de trabalho (-1,83%) devido particularmente ao desempenho negativo do tipo de vínculo Servidores não Efetivos que apresentaram queda de 351, 8 mil postos de trabalho, e a Agricultura com saldo negativo de 19,5 mil postos de trabalho (-1,32%). Cabe observar que o ano de 2012 correspondeu a um ano de eleições no âmbito da Administração Pública Municipal, o que pode ter contribuído, em parte, para o comportamento negativo no setor Administração Pública, com a queda do tipo de vínculo Servidor Público não Efetivo e, no caso da Agricultura, o declínio pode ser creditado preponderantemente às atividades ligadas ao cultivo de laranja, que registrou uma queda de 15,7 mil postos de trabalho e ao cultivo da cana de açúcar, com a perda de 7,9 mil empregos.

A Construção Civil, com a criação de +82,4 mil empregos ou +3,00%, mostra sinal de desaceleração da taxa de crescimento do emprego celetista, quando comparado ao desempenho no ano anterior (+9,62%), quando revelou a maior taxa de crescimento dentre todos os setores/ subsetores de atividade econômica. As maiores taxas de crescimento do período estão no setor de Serviços, nos subsetores de Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários (+6,92%), Administração Técnica Profissional (+6,72%) e Ensino (+5,67%), o que assinala a expansão do setor Serviços na composição do emprego no Brasil, que pode estar associada à expansão da renda e à diferenciação do consumo no setor de Serviços, sobretudo nas áreas de educação e de saúde.

O setor Comércio revelou um desempenho mais modesto do que o observado no ano anterior, registrando maior expansão no ramo atacadista (+5,09%) do que no varejista (+4,19%). A Indústria de Transformação (+0,43%) também registrou um desempenho mais tímido, com a geração de +34,5 mil postos de trabalho, com queda do número de vínculos nos ramos da Indústria Têxtil (-1,29%), Indústria Metalúrgica (-1,43%), Indústria de Calçados (-2,39%) e Indústria de Material de Transporte (-0,87%), o que significou, respectivamente, a extinção de -13,2 mil, -11,8 mil, - 8,2 mil e -5.3 mil, postos de trabalho.

A Indústria Têxtil, cujo mercado é prioritariamente interno, teve que enfrentar um cenário externo de elevada competitividade e, ao mesmo tempo, lidar com a alta dos preços das *commodities*, sobretudo a do algodão e poliéster. O setor Calçadista, voltado tanto ao mercado interno, quanto ao externo, registrou retração em 2012, em relação ao ano anterior, em virtude da taxa de câmbio desfavorável para as exportações do setor e ao menor dinamismo dos mercados internacionais. Em termos absolutos, estes dois subsetores foram responsáveis, em conjunto, pela supressão de -21,4 mil postos de trabalho.

Os ramos industriais que apresentaram melhor desempenho em termos absolutos foram: Mecânica (+3,12% ou +19, 0 mil postos de trabalho), Indústria Química (+1,57% ou +14,4 mil postos), Indústria de Produção de Mineral não Metálico (+2,79%), com a geração de +12,2 mil postos de trabalho, a Indústria de Borracha, Fumo e Couros (+2,38%, ou +7,8 mil postos de trabalho) e a Indústria de Material Elétrico e de Comunicações (+2,13% ou +6,5 mil postos de trabalho). O setor de Serviços Industriais de Utilidade Pública (+2,55%) apresentou um comportamento semelhante ao observado no ano anterior, que foi da ordem de +10, 5 mil, ante uma geração, em 2012, de +10, 5 mil postos de trabalho.

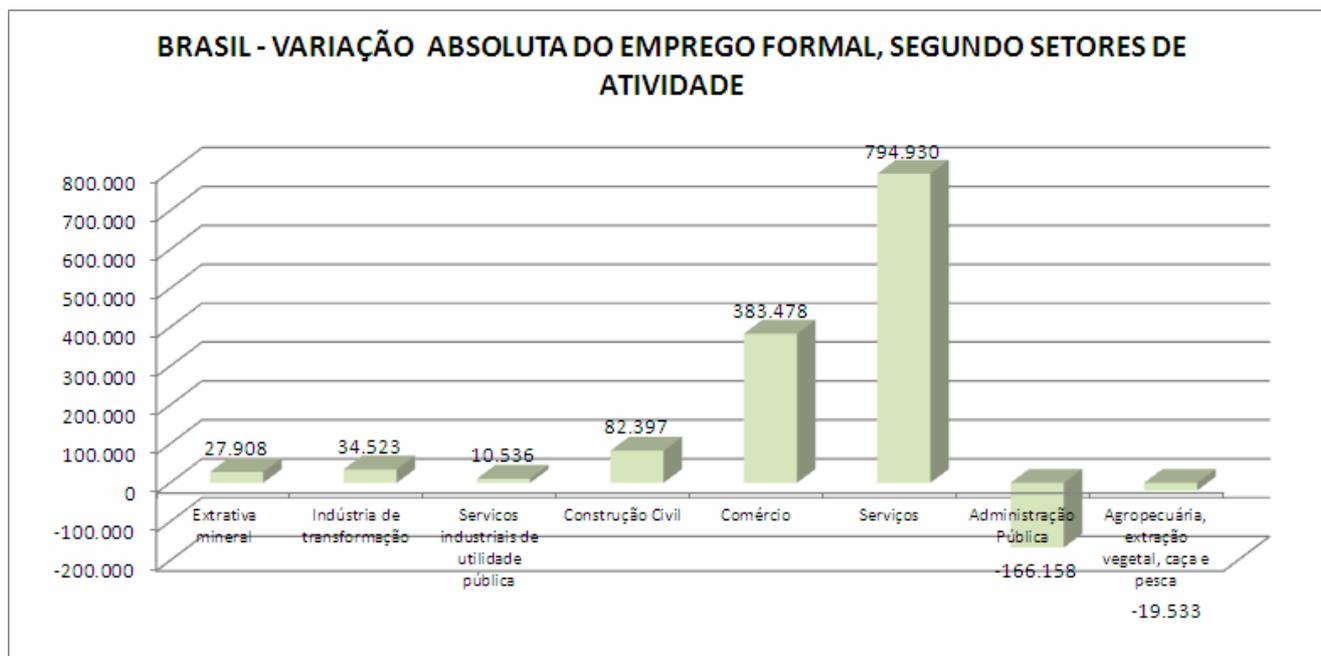
## Número de Empregos em 31/12, Variação Absoluta e Relativa, segundo os Setores e Subsetores de Atividade Econômica

SETOR	2011	2012	Variação Absoluta	Variação Relativa(%)
<b>Extrativa Mineral</b>	<b>231.389</b>	<b>259.297</b>	<b>27.908</b>	<b>12,06</b>
<b>Indústria de Transformação</b>	<b>8.113.805</b>	<b>8.148.328</b>	<b>34.523</b>	<b>0,43</b>
Prod. Mineral Não Metálico	436.482	448.671	12.189	2,79
Indústria Metalúrgica	824.240	812.455	-11.785	-1,43
Indústria Mecânica	609.245	628.272	19.027	3,12
Elétrico e Comunic	304.053	310.541	6.488	2,13
Material de Transporte	606.102	600.843	-5.259	-0,87
Madeira e Mobiliário	479.514	485.421	5.907	1,23
Papel e Gráf	408.132	408.885	753	0,18
Borracha, Fumo, Couros	327.246	335.042	7.796	2,38
Indústria Química	920.209	934.633	14.424	1,57
Indústria Têxtil	1.024.960	1.011.714	-13.246	-1,29
Indústria Calçados	342.218	334.055	-8.163	-2,39
Alimentos e Bebidas	1.831.404	1.837.796	6.392	0,35
<b>Serviços industriais de utilidade Pública</b>	<b>412.741</b>	<b>423.277</b>	<b>10.536</b>	<b>2,55</b>
<b>Construção Civil</b>	<b>2.750.173</b>	<b>2.832.570</b>	<b>82.397</b>	<b>3,00</b>
<b>Comércio</b>	<b>8.842.677</b>	<b>9.226.155</b>	<b>383.478</b>	<b>4,34</b>
Comércio Varejista	7.388.440	7.697.920	309.480	4,19
Comércio Atacadista	1.454.237	1.528.235	73.998	5,09
<b>Serviços</b>	<b>15.372.455</b>	<b>16.167.385</b>	<b>794.930</b>	<b>5,17</b>
Instituição Financeira	811.247	839.389	28.142	3,47
Adm Técnica Profissional	4.930.192	5.261.738	331.546	6,72
Transporte e Comunicações	2.507.444	2.617.423	109.979	4,39
Aloj Comunic	3.913.042	4.036.267	123.225	3,15
Médicos Odontológicos Vet	1.594.448	1.704.839	110.391	6,92
Ensino	1.616.082	1.707.729	91.647	5,67
<b>Administração Pública</b>	<b>9.103.601</b>	<b>8.937.443</b>	<b>-166.158</b>	<b>-1,83</b>
<b>Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca</b>	<b>1.483.790</b>	<b>1.464.257</b>	<b>-19.533</b>	<b>-1,32</b>
<b>Total</b>	<b>46.310.631</b>	<b>47.458.712</b>	<b>1.148.081</b>	<b>2,48</b>

Fonte: RAIS - Dec 76.900/75

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE

Gráfico 2



## I.2 – Emprego Geográfico

Segundo o recorte geográfico, verifica-se uma expansão generalizada do emprego no que diz respeito às Grandes Regiões, cabendo destacar, em termos relativos, a região Centro-Oeste (+3,74%), Sul (+2,88%), Sudeste (+2,49%), Norte (2,32%) e Nordeste (+1,56%). Em números absolutos, a liderança de geração de empregos coube à região Sudeste (+584,9 mil postos de trabalho), secundada pela Sul (+227,3 mil postos), que subiu da terceira posição para a segunda, ocupada pela região Nordeste. A região Centro-Oeste, com incremento de 144,0 mil postos ficou com a terceira posição no ranking, seguida da região Nordeste (+132,5 mil postos) e da região Norte, com a geração de 59,4 mil postos de trabalho.

Quanto às Unidades da Federação, os dados demonstram uma elevação quase generalizada, com apenas o estado da Bahia revelando perda no emprego (-9,0 mil postos ou -0,40%), cujo desempenho pode ser justificado pelo comportamento negativo da Indústria de Calçados, que suprimiram 7,1 mil postos de trabalho, o que representou a maior queda relativa de todos os subsetores no estado. Em termos absolutos a liderança coube ao setor da Administração Pública, com a redução de 53,3 mil empregos, equivalente ao declínio de 8,50%. No que se refere às demais Unidades da Federação, verificou-se que a elevação do emprego oscila entre 0,69% no estado de Sergipe a 6,36% no estado do Piauí.

Quanto à região Centro-Oeste, as Unidades da Federação que se sobressaíram foram Goiás (+64,8 mil postos ou +4,68%), Mato Grosso (+35,2 mil postos ou +4,96%, a maior taxa de crescimento da região) e Distrito Federal (+24,7 mil postos ou +2,14%).

Com relação à região Sul, os dados indicam que o comportamento favorável derivou-se principalmente do crescimento do emprego nos estados do Paraná (+113,4 mil postos ou +3,88%) e do Rio Grande do Sul (+72,4 mil postos ou +2,48%). Já na região Sudeste, os estados que se destacaram foram São Paulo, com a criação de 370,8 mil postos de trabalho,

a maior geração de emprego do País, e a maior taxa de crescimento (+2,76%) da região, Rio de Janeiro (+112,7 mil postos, a segunda maior geração em nível nacional, ou +2,59%,) e Minas Gerais (+77,2 mil postos ou +1,59%). No caso do Nordeste, os estados que mais contribuíram para a expansão do mercado formal foram Pernambuco (+45,7 mil postos ou +2,77%) e Piauí (+25,0 mil postos de trabalho ou 6,36%, a maior taxa de crescimento dentre todas as Unidades da Federação). Na região Norte, a expansão do emprego pode ser creditada, particularmente, aos estados do Amazonas (+18,5 mil postos ou +3,09%), Pará (+15,3 mil postos ou +1,47%) e Rondônia (+12,7 mil postos ou +3,60%).

Tabela 3

Unidade da Federação	Empregos		Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
	2011	2012		
<b>Norte</b>	<b>2.562.748</b>	<b>2.622.185</b>	<b>59.437</b>	<b>2,32</b>
Rondônia	352.460	365.142	12.682	3,60
Acre	121.321	125.229	3.908	3,22
Amazonas	597.910	616.377	18.467	3,09
Roraima	91.988	93.777	1.789	1,94
Pará	1.037.089	1.052.344	15.255	1,47
Amapá	119.211	122.956	3.745	3,14
Tocantins	242.769	246.360	3.591	1,48
<b>Nordeste</b>	<b>8.481.080</b>	<b>8.613.556</b>	<b>132.476</b>	<b>1,56</b>
Maranhão	675.274	696.348	21.074	3,12
Piauí	393.363	418.380	25.017	6,36
Ceará	1.406.906	1.423.648	16.742	1,19
Rio Grande do Norte	592.444	602.226	9.782	1,65
Paraíba	614.813	628.047	13.234	2,15
Pernambuco	1.648.927	1.694.647	45.720	2,77
Alagoas	497.898	505.132	7.234	1,45
Sergipe	385.837	388.507	2.670	0,69
Bahia	2.265.618	2.256.621	-8.997	-0,40
<b>Sudeste</b>	<b>23.514.877</b>	<b>24.099.808</b>	<b>584.931</b>	<b>2,49</b>
Minas Gerais	4.850.976	4.928.225	77.249	1,59
Espírito Santo	902.070	926.336	24.266	2,69
Rio de Janeiro	4.349.052	4.461.706	112.654	2,59
São Paulo	13.412.779	13.783.541	370.762	2,76
<b>Sul</b>	<b>7.902.443</b>	<b>8.129.698</b>	<b>227.255</b>	<b>2,88</b>
Paraná	2.920.277	3.033.665	113.388	3,88
Santa Catarina	2.061.577	2.103.002	41.425	2,01
Rio Grande do Sul	2.920.589	2.993.031	72.442	2,48
<b>Centro-Oeste</b>	<b>3.849.483</b>	<b>3.993.465</b>	<b>143.982</b>	<b>3,74</b>
Mato Grosso do Sul	597.968	617.193	19.225	3,22
Mato Grosso	709.377	744.558	35.181	4,96
Goiás	1.385.230	1.450.065	64.835	4,68
Distrito Federal	1.156.908	1.181.649	24.741	2,14
<b>Total</b>	<b>46.310.631</b>	<b>47.458.712</b>	<b>1.148.081</b>	<b>2,48</b>

Fonte: RAIS - Dec. 76.900/75

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE

Gráfico 3



### I.3 – Emprego por Gênero

Os dados da RAIS 2012 mostram, consoante ao observado em anos anteriores, a feminização da mão de obra, situação na qual as mulheres apresentaram uma taxa de crescimento relativo (+3,89%) superior ao dobro da taxa de crescimento masculina (+1,46%). Ambos os grupos apresentam crescimento relativo anual, em 2012, inferior ao observado no ano anterior, com uma diferença, de -2,04 pp para as mulheres e de -3,03 pp para os homens.

As mulheres elevaram sua participação no mercado de trabalho formal em 0,57 pp, atingindo, em 2012, uma participação de 42,47% da força de trabalho, fração que ainda aponta a dissonância entre a participação feminina na População em Idade Ativa, onde o contingente feminino supera o masculino. A participação da mulher na composição do emprego formal, nos graus de instrução mais elevados - Ensino Superior Incompleto e Ensino Superior Completo - é superior a masculina, da ordem de, respectivamente, 52% e 59%, enquanto que a participação masculina nas mesmas faixas de escolaridade (Ensino Superior Incompleto e Ensino Superior Completo) é da ordem de, respectivamente, 48% e 41%. Ou seja, a mulher vem aumentando consistentemente a sua participação no mercado de trabalho formal e o vem fazendo, sobretudo, no Ensino Médio Completo e Incompleto e no Ensino Superior Completo. Entretanto, no Ensino Superior Incompleto, a taxa de crescimento do emprego formal masculina (+0,12%) é superior à feminina (+0,06), ainda que o estoque feminino (988.777 postos) neste nível de escolaridade seja superior ao masculino (912.608 postos).

Neste contexto, cabe destacar que a variação relativa anual, segundo grau de escolaridade, revela o crescimento do contingente feminino superior ao masculino nas faixas referentes ao Ensino Médio Incompleto (+1,83% para as mulheres e +0,98% para os homens), Ensino Médio Completo (+5,07% para as mulheres e +4,74% para os homens) e Ensino Superior Completo (+7,54% para as mulheres e +7,43% para os homens).

Note-se que, entre as faixas de menor escolaridade, há uma tendência de queda do contingente de trabalhadores de ambos os sexos nestas faixas, com maior destaque para o declínio mais acentuado do gênero masculino. Em termos relativos, em relação a 2011, vale ressaltar a expressiva queda, para o gênero masculino, da ordem de -6,49%, no grau de instrução Analfabeto e de um leve crescimento feminino nesta faixa de escolaridade (+0,51%). A variação anual do gênero masculino no grau de instrução referente à Escolaridade de até o quinto ano do Ensino Fundamental é de -7,76%, que representa o grau de instrução no qual a variação relativa feminina (-6,95%) e masculina apontam a maior queda.

A composição do trabalho formal, no ano de 2012, no Brasil, é majoritariamente de trabalhadores com escolaridade igual ou superior ao Ensino Médio Completo, destacando-se os expressivos percentuais do contingente de trabalhadores com Ensino Médio Completo (44,24%) e com Ensino Superior Completo (17,80%), que são as faixas de escolaridade que apresentam as maiores variações relativas positivas, em relação a 2011, da ordem de, respectivamente, +4,89% e +7,49%.

Tabela 4

Grau de Instrução	2011			2012			Variação Absoluta			Variação Relativa (%)		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Analfabeto	157.447	21.577	179.024	147.226	21.687	168.913	-10.221	110	-10.111	-6,49	0,51	-5,65
Até 5º Ano Incompleto	1.259.736	363.179	1.622.915	1.199.627	352.474	1.552.101	-60.109	-10.705	-70.814	-4,77	-2,95	-4,36
5º Ano Completo Fundamental	1.424.222	525.215	1.949.437	1.313.657	488.720	1.802.377	-110.565	-36.495	-147.060	-7,76	-6,95	-7,54
6º a 9º Anos Fundamental	2.460.330	958.819	3.419.149	2.357.443	936.971	3.294.414	-102.887	-21.848	-124.735	-4,18	-2,28	-3,65
Fundamental Completo	3.917.741	1.801.846	5.719.587	3.800.336	1.803.991	5.604.327	-117.405	2.145	-115.260	-3,00	0,12	-2,02
Médio Incompleto	2.382.045	1.263.566	3.645.611	2.405.322	1.286.720	3.692.042	23.277	23.154	46.431	0,98	1,83	1,27
Médio Completo	11.136.398	8.880.924	20.017.322	11.664.808	9.331.484	20.996.292	528.410	450.560	978.970	4,74	5,07	4,89
Superior Incompleto	911.488	988.177	1.899.665	912.608	988.777	1.901.385	1.120	600	1.720	0,12	0,06	0,09
Superior Completo	3.258.952	4.598.969	7.857.921	3.501.153	4.945.708	8.446.861	242.201	346.739	588.940	7,43	7,54	7,49
<b>Total</b>	<b>26.908.359</b>	<b>19.402.272</b>	<b>46.310.631</b>	<b>27.302.180</b>	<b>20.156.532</b>	<b>47.458.712</b>	<b>393.821</b>	<b>754.260</b>	<b>1.148.081</b>	<b>1,46</b>	<b>3,89</b>	<b>2,48</b>

Fonte: RAIS - Dec. 76.900/75

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE

Gráfico 4



## I. 4 – Emprego por Faixa Etária

Quando se toma como referência o recorte por faixa etária, percebe-se o crescimento do emprego em praticamente todas elas, sendo que as faixas correspondentes ao início da idade adulta, de 18 a 24 anos (+0,10%) e de 25 a 29 anos (-0,55%) tiveram um desempenho mais desfavorável, em relação ao ano anterior.

As faixas correspondentes aos extremos, ou seja, a população mais vulnerável (jovens e idosos), por outro lado, apresentam taxas de crescimento relativo, mais expressivas. No que se refere aos jovens (até 17 anos), a elevação do nível de emprego foi da ordem de +5,85%, percentual inferior ao observado em 2011, quando se registrou uma expansão de +14,48%. Os assalariados com mais de 65 anos e de 50 a 64 anos apresentaram crescimento de, respectivamente, +7,78% e +5,44%, patamares bastante superiores ao observado para o crescimento do saldo de empregos global, incluindo todas as faixas etárias, que foi da ordem de +2,48%, indicando, contudo, desaceleração comparativamente a 2011, quando se verificou um aumento nestas faixas etárias de, respectivamente, +11,45% e +7,99%.

As faixas etárias 30 a 39 anos (14.094.347 postos) e 40 a 49 anos (10.157.127 postos) concentram mais da metade (51,10%) dos vínculos empregatícios, com destaque para a geração de empregos na faixa de 30 a 39 anos (+532,2 mil postos), o que representou a maior variação entre todas as faixas etárias, em termos absolutos.

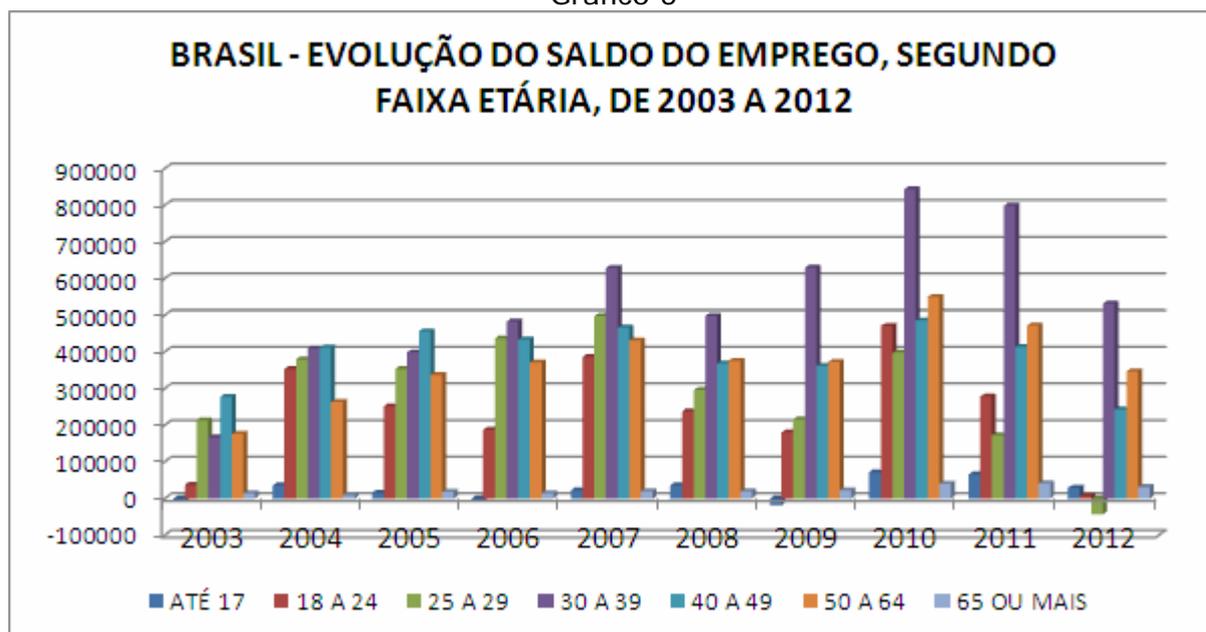
Tabela 5

Faixa Etária	2011	2012	Varição Absoluta	Varição Relativa (%)
Até 17 anos	502.235	531.618	29.383	5,85
18 a 24 anos	7.820.740	7.828.573	7.833	0,10
25 a 29 anos	7.738.086	7.695.450	-42.636	-0,55
30 a 39 anos	13.562.142	14.094.347	532.205	3,92
40 a 49 anos	9.913.632	10.157.126	243.494	2,46
50 a 64 anos	6.370.604	6.717.156	346.552	5,44
65 ou mais	402.753	434.101	31.348	7,78
<b>Total</b>	<b>46.310.631</b>	<b>47.458.712</b>	<b>1.148.081</b>	<b>2,48</b>

Fonte: RAIS - Dec. 76.900/75

Elaboração: CGET/DES/SPPE/TEM Obs.: No total estão incluídos os Ignorados

Gráfico 5



## I.5 – Emprego por Tamanho de Estabelecimento

Os dados relativos ao tamanho do estabelecimento revelam que todos os estratos expandiram o nível de emprego, com destaque para os estabelecimentos de menor porte (até 19 vínculos), cabendo ressaltar aqueles situados na faixa de 5 a 9 vínculos (+4,52%), seguidos por estabelecimentos de 10 a 19 vínculos (+4,24%) e de até 4 vínculos (+3,46%). Em conjunto, essas três faixas responderam pelo incremento de 483,2 mil postos, sendo responsáveis por (42,10%) dos empregos gerados. As faixas que concentram estabelecimentos considerados de pequeno porte, ou seja, de até 49 vínculos, responderam por mais da metade (55,61%) dos vínculos gerados.

Em termos absolutos, o estrato de 10 a 19 vínculos foi aquele que mais gerou empregos (+180,4 mil postos), comportamento diferente do ano anterior, no qual se verificou que os estabelecimentos com 1.000 ou mais vínculos foi responsável pela maior geração de empregos, ao apresentar um acréscimo de 599,3 mil postos de trabalho.

Ressalta-se que a faixa de 1000 ou mais vínculos foi aquela em que se verificou o menor dinamismo, em termos relativos, (+0,70% ou + 86,5 mil postos). Na seqüência, a faixa de 500 a 999 vínculos, com variação de 1,12%, ou +43,8 mil postos.

Tabela 6

Tamanho do Estabelecimento	2011	2012	Varição Absoluta	Varição relativa (%)
Até 4 vínculos ativos	3.839.970	3.972.862	132.892	3,46
De 5 a 9 vínculos ativos	3.759.170	3.929.131	169.961	4,52
De 10 a 19 vínculos ativos	4.258.590	4.438.942	180.352	4,24
De 20 a 49 vínculos ativos	5.516.317	5.671.544	155.227	2,81
De 50 a 99 vínculos ativos	3.843.344	3.957.539	114.195	2,97
De 100 a 249 vínculos ativos	4.887.520	5.025.103	137.583	2,81
De 250 a 499 vínculos ativos	3.945.094	4.072.663	127.569	3,23

## **II - Remuneração**

Em 2012, os dados da RAIS assinalam que os rendimentos médios dos trabalhadores formais mantêm a sua trajetória de crescimento, ao apontar um ganho real de 2,97% em relação a dezembro de 2011, percentual de aumento praticamente similar ao ocorrido em 2011 (2,93%). A elevação dos rendimentos reais da RAIS resultou da elevação do rendimento de R\$2.020,02 em dezembro de 2011 para R\$2.080,07 em dezembro de 2012, tomando como referência o INPC.

### **II.1 – Remuneração Geográfica**

Os rendimentos médios dos trabalhadores segundo o recorte por Grandes Regiões revelam expansão generalizada, apontando que as regiões com menor desenvolvimento foram as que apresentaram os maiores ganhos reais. A região Norte revelou a maior taxa de aumento real (3,80%) no ano de 2012, comparativamente ao ano de 2011, sendo seguida pela região Nordeste (3,65%), que no ano passado registrou a maior taxa de crescimento real (3,98%). Em sequência, vem a região Sul (3,51%), Sudeste (2,62%) e Centro-Oeste (1,81%). Em 2012, observou-se também que, a despeito da persistência da diferença nominal entre as remunerações das regiões, cuja explicação não pode ser atribuída somente pela segmentação geográfica, mas também pela influência de outros atributos do trabalhador, como educação, idade e gênero, em conjugação com os setores em que estão inseridos, persiste o processo de redução do diferencial dos rendimentos entre a região Nordeste, onde se observa os menores rendimentos, e Centro-Oeste, que concentra os maiores valores. Em 2010, a relação entre os rendimentos dessas duas regiões era de 62,65% e elevou-se para 64,99% em 2011 e alcançou 66,16% em 2012. A remuneração média do Nordeste (R\$ 1.652,51) oscila entre os valores de R\$ 1.508,05 no Ceará, a R\$ 1.926,16 em Sergipe, contrastando com a região Centro-Oeste (R\$ 2.497,67), onde o maior rendimento médio foi registrado no Distrito Federal (R\$ 4.011,17) e o menor em Goiás (R\$ 1.812,68).

Os dados segundo o recorte por Unidades da Federação assinalam que somente duas delas não obtiveram ganhos reais em 2012. Os maiores aumentos ocorreram no estado do Rio de Janeiro (7,48%), seguido pelos estados de Goiás (6,83%) e Sergipe (6,42%). Em contrapartida, os dois estados que registraram perdas nos rendimentos foram Distrito Federal (-1,53%) e Roraima (-2,83%).

Quando se confronta os rendimentos dos extremos percebidos nas Unidades da Federação, em decorrência da diversidade sócio-econômica do país, percebe-se que o movimento de redução da disparidade persiste. A análise dos resultados de 2012, comparativamente com os de 2011, indica que o diferencial entre o maior rendimento e o menor reduziu-se de 180,44%, em 2011, para 166,00% em 2012. O Distrito Federal e o Ceará foram as Unidades da Federação onde se registraram as maiores distâncias entre os rendimentos auferidos em 2011 e 2012, como também no ano de 2010. A remuneração no Distrito Federal, em 2012, foi da ordem de R\$ 4.011,17, contrapondo-se com a remuneração média de R\$ de 1.508,05 auferida no estado do Ceará.

Tabela 7

**Remuneração Média de Dezembro em Reais, em 2011 e 2012,  
a preços de Dezembro de 2012**

BRASIL - Remuneração Média de Dezembro, por UF e Gênero, em 2011 e 2012 \*

UF	2011			2012			Variação Relativa (%)		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
<b>Norte</b>	<b>1.949,55</b>	<b>1.777,64</b>	<b>1.877,99</b>	<b>2.026,02</b>	<b>1.842,70</b>	<b>1.949,37</b>	<b>3,92</b>	<b>3,66</b>	<b>3,80</b>
Rondônia	2.041,07	1.659,48	1.884,03	2.057,07	1.639,44	1.885,03	0,78	-1,21	0,05
Acre	1.988,00	1.968,63	1.979,18	2.075,66	2.076,92	2.076,22	4,41	5,50	4,90
Amazonas	2.108,79	1.761,87	1.962,66	2.161,26	1.830,29	2.021,24	2,49	3,88	2,98
Roraima	2.267,37	2.096,80	2.182,31	2.230,75	2.010,24	2.120,45	-1,62	-4,13	-2,83
Pará	1.763,91	1.668,46	1.726,19	1.875,24	1.777,77	1.836,39	6,31	6,55	6,38
Amapá	2.358,65	2.367,16	2.362,41	2.451,83	2.472,55	2.460,90	3,95	4,45	4,17
Tocantins	1.934,61	1.870,69	1.906,63	2.007,33	1.892,25	1.956,42	3,76	1,15	2,61
<b>Nordeste</b>	<b>1.645,18</b>	<b>1.523,59</b>	<b>1.594,38</b>	<b>1.713,50</b>	<b>1.567,82</b>	<b>1.652,51</b>	<b>4,15</b>	<b>2,90</b>	<b>3,65</b>
Maranhão	1.628,36	1.530,84	1.585,92	1.740,67	1.560,95	1.662,82	6,90	1,97	4,85
Piauí	1.585,40	1.473,82	1.536,22	1.620,71	1.510,61	1.572,73	2,23	2,50	2,38
Ceará	1.487,83	1.407,97	1.452,57	1.561,98	1.439,25	1.508,05	4,98	2,22	3,82
Rio Grande do Norte	1.737,14	1.589,42	1.675,47	1.801,17	1.619,10	1.725,08	3,69	1,87	2,96
Paraíba	1.535,81	1.467,86	1.506,96	1.559,46	1.468,71	1.521,13	1,54	0,06	0,94
Pernambuco	1.679,39	1.559,14	1.631,38	1.775,16	1.618,79	1.712,35	5,70	3,83	4,96
Alagoas	1.506,70	1.494,40	1.502,32	1.554,44	1.526,32	1.544,23	3,17	2,14	2,79
Sergipe	1.869,42	1.725,43	1.809,99	1.993,82	1.829,39	1.926,16	6,65	6,03	6,42
Bahia	1.728,66	1.551,28	1.654,17	1.775,47	1.606,73	1.704,03	2,71	3,57	3,01
<b>Sudeste</b>	<b>2.373,60</b>	<b>1.878,52</b>	<b>2.166,17</b>	<b>2.447,20</b>	<b>1.920,62</b>	<b>2.222,85</b>	<b>3,10</b>	<b>2,24</b>	<b>2,62</b>
Minas Gerais	1.879,21	1.507,41	1.722,26	1.925,68	1.535,25	1.758,73	2,47	1,85	2,12
Espírito Santo	1.935,50	1.615,47	1.803,30	2.007,67	1.640,20	1.853,82	3,73	1,53	2,80
Rio de Janeiro	2.516,15	2.009,25	2.310,53	2.710,23	2.159,07	2.483,30	7,71	7,46	7,48
São Paulo	2.535,28	1.989,51	2.304,66	2.577,44	2.002,48	2.329,86	1,66	0,65	1,09
<b>Sul</b>	<b>2.062,08</b>	<b>1.646,62</b>	<b>1.878,88</b>	<b>2.135,54</b>	<b>1.710,78</b>	<b>1.944,88</b>	<b>3,56</b>	<b>3,90</b>	<b>3,51</b>
Paraná	2.040,07	1.643,82	1.868,42	2.108,63	1.710,68	1.931,65	3,36	4,07	3,38
Santa Catarina	2.018,04	1.579,35	1.824,97	2.094,85	1.655,01	1.898,81	3,81	4,79	4,05
Rio Grande do Sul	2.116,18	1.695,37	1.927,07	2.192,33	1.748,84	1.990,44	3,60	3,15	3,29
<b>Centro-Oeste</b>	<b>2.526,22</b>	<b>2.341,62</b>	<b>2.453,26</b>	<b>2.588,45</b>	<b>2.359,58</b>	<b>2.497,67</b>	<b>2,46</b>	<b>0,77</b>	<b>1,81</b>
Mato Grosso do Sul	1.937,99	1.737,64	1.855,78	2.010,98	1.779,04	1.917,16	3,77	2,38	3,31
Mato Grosso	1.838,14	1.690,35	1.782,47	1.960,22	1.766,04	1.886,26	6,64	4,48	5,82
Goiás	1.782,33	1.578,80	1.696,79	1.924,03	1.659,65	1.812,68	7,95	5,12	6,83
Distrito Federal	4.040,55	4.130,16	4.073,62	4.003,44	4.024,19	4.011,17	-0,92	-2,57	-1,53
<b>Total</b>	<b>2.177,43</b>	<b>1.802,97</b>	<b>2.020,02</b>	<b>2.250,40</b>	<b>1.850,26</b>	<b>2.080,07</b>	<b>3,35</b>	<b>2,62</b>	<b>2,97</b>

\* a preço dezembro/2012

Fonte: RAIS/2012 - Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE

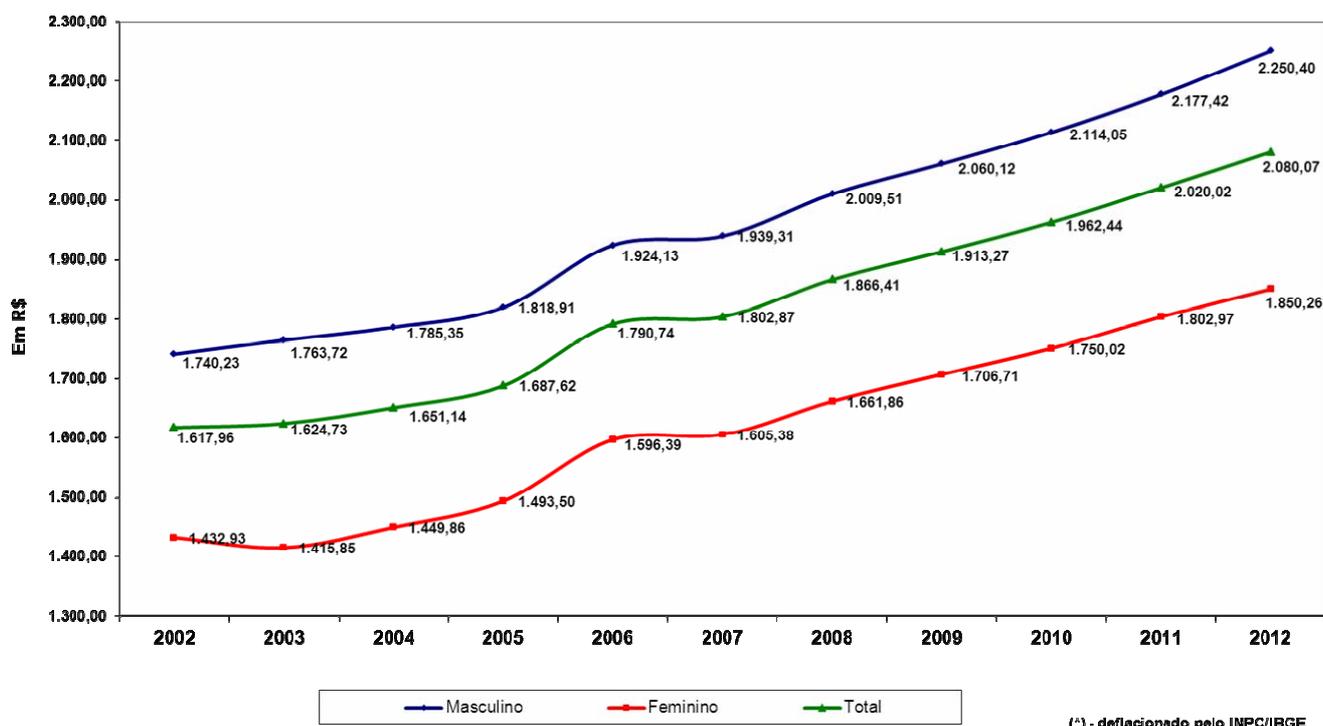
## II.2 – Remuneração por Gênero

Em 2012, os rendimentos médios dos homens cresceram 3,35%, percentual superior ao obtido para as mulheres (2,62%). Tais elevações dão continuidade a trajetória de crescimento mostrada no gráfico abaixo, resultante da passagem de R\$ 2.177,43, em 2011, para R\$ 2.250,40, em 2012, no caso dos homens, e de R\$ 1.802,97 para R\$ 1.850,26, no que se refere às mulheres. Ao se comparar as taxas de crescimento do rendimento médio de 2011, no qual os valores verificados eram da ordem de +3,00% e +3,03%, respectivamente, para o gênero masculino e para o gênero feminino, verifica-se que a taxa de crescimento masculina de 2012 é superior à taxa de 2011, enquanto que,

no caso das mulheres, fenômeno oposto pode ser constatado, com queda de 0,41pp .O percentual de ganho real menor para as mulheres, em 2012, aponta para uma inflexão na curva ascensional da participação do rendimento feminino versus o masculino, cujos valores eram da ordem de 82,78%, em 2010 e 82,80%, em 2011, registrando declínio em 2012, passando, então, a 82,22%, com redução de 0,58 pp.

Gráfico 6

Brasil - Rendimento Médio Real (\*), em 31/12, segundo o Gênero, de 2002 a 2012



## II.2 – Remuneração por Grau de Instrução

Em termos de grau de instrução, no ano de 2012, é possível notar que as maiores elevações nas remunerações médias, em termos relativos, incidem nas faixas mais baixas de escolaridade (Analfabeto +5,08%; Até o 5º Ano Incompleto: +6,19%; 5º Ano Completo Fundamental: +4,93%; 6 a 9 anos do Ensino Fundamental: +4,39%; Fundamental Completo: +4,57%), em virtude da maior associação do rendimento destas faixas de escolaridade em relação ao salário mínimo, que tem apresentado ganhos reais mais expressivos comparativamente aos demais tipos de rendimentos do trabalho. As faixas mais elevadas de escolaridade apresentaram, em 2012, ganhos bem inferiores, da ordem de 0,06% para o Ensino Superior Completo e de 0,34% para o Ensino Superior Incompleto.

Analisando-se a remuneração média, por grau de escolaridade e por gênero, observa-se que a expansão da remuneração média da mulher, em 2012, de 2,62%, originou-se da elevação do rendimento em todos os graus de escolaridade, sendo que as remunerações médias que registraram maior ganho real foram a do grau de instrução até o 5º Ano Fundamental Incompleto e a do Ensino Fundamental Completo, que, respectivamente, registraram elevação de +5,26% e de +5,06%.

No caso masculino, a expansão de +3,35% do rendimento médio decorreu, principalmente, dos ganhos reais dos rendimentos médios nos graus de escolaridade

referentes ao primeiro ciclo do Ensino Fundamental (até o 5º ano do Ensino Fundamental Incompleto), que obteve aumento de +6,48%, sendo seguido pela expansão nos graus de instrução Analfabeto (+5,59%) e até o 5º ano completo do Ensino Fundamental (+5,18%). Na remuneração média relativa ao Ensino Superior Completo, os homens apresentaram aumento de 0,09%.

A participação feminina nos rendimentos do gênero masculino, por grau de escolaridade, apresenta um comportamento oscilatório, com os maiores valores nas faixas de menor escolaridade (Analfabeto: 82,82%; Até 5º ano Ensino Fundamental: 73,24%), declínio da participação nas faixas seguintes (5º ano Completo; 67,66%; do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental: 68,03%). No grau de instrução de Ensino Fundamental Completo (69,35%), observa-se inflexão, no sentido da elevação da participação, movimento que se mantém na faixa seguinte (Ensino Médio Incompleto: 72,59%), para, então, entrar em declínio nas demais faixas: Ensino Médio Completo (70,83%), Ensino Superior Incompleto (67,35%), Ensino Superior (60,43%). Note-se que é nas duas faixas mais elevadas de escolaridade que a participação feminina nos rendimentos masculinos apresenta as menores frações.

Tabela 8

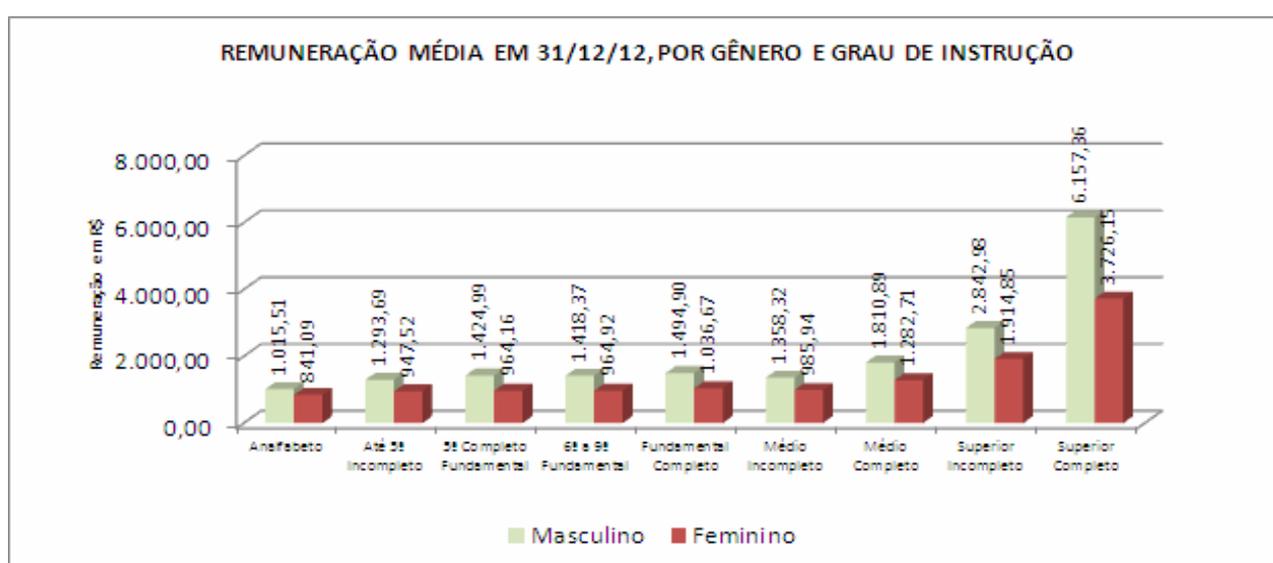
Brasil - Remuneração Média de Dezembro, em Reais, a Preços de Dez/2012, por Grau de Instrução e Gênero, em 2011 e 2012

Grau de Instrução	2011			2012			Variação Relativa		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Analfabeto	961,77	824,79	945,68	1.015,51	841,09	993,73	5,59	1,98	5,08
Até 5º Ano Incompleto	1.214,94	900,13	1.144,37	1.293,69	947,52	1.215,17	6,48	5,26	6,19
5º Ano Completo Fundamental	1.354,76	926,97	1.239,89	1.424,99	964,16	1.300,97	5,18	4,01	4,93
6ª a 9ª Anos Fundamental	1.356,18	925,88	1.236,05	1.418,37	964,92	1.290,25	4,59	4,22	4,38
Fundamental Completo	1.428,04	986,77	1.288,90	1.494,90	1.036,67	1.347,75	4,68	5,06	4,57
Médio Incompleto	1.310,81	966,38	1.191,27	1.358,32	985,94	1.228,49	3,62	2,02	3,12
Médio Completo	1.794,91	1.254,58	1.555,08	1.810,89	1.282,71	1.576,16	0,89	2,24	1,36
Superior Incompleto	2.832,63	1.910,42	2.353,34	2.842,98	1.914,85	2.361,30	0,37	0,23	0,34
Superior Completo	5.976,40	3.612,31	4.592,78	5.981,62	3.614,54	4.595,67	0,09	0,06	0,06
<b>Total</b>	<b>2.177,43</b>	<b>1.802,97</b>	<b>2.020,02</b>	<b>2.250,40</b>	<b>1.850,26</b>	<b>2.080,07</b>	<b>3,35</b>	<b>2,62</b>	<b>2,97</b>

Deflador: INPC

Fonte: RAIS - Dec. 76.900/75

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE



## II.2 – Remuneração Setorial

Segundo o recorte setorial, verifica-se que todos os oito setores de atividade econômica apresentaram expansão nos rendimentos, destacando-se os setores de Agricultura (+7,66%), que apresentou o maior crescimento, sendo seguido, respectivamente, pelos setores da Indústria Extrativa-Mineral (+5,77%), do Comércio (+5,53%) e da Administração Pública (+4,28%), todos com aumentos superiores ao ocorrido no conjunto de todos os setores (+2,97%). A indústria de Transformação (+2,61%), assim como os setores de Serviços de Utilidade Pública (+1,06%) e de Serviços (+2,10%), obteve ganho real inferior à média do conjunto de todos os setores (+2,97%).

Em termos setoriais, aqueles que apresentaram, em relação a 2011, retração em suas taxas de crescimento da remuneração média foram: Construção Civil, em 2012, de +3,67%, ante o patamar de +5,07% em 2011, com queda de 1,40pp, assim como os setores de Serviços (+2,10% em 2012; +3,10% em 2011), o que significou queda de 1,0pp e o de Serviços de Utilidade Pública (+1,06, em 2012; +4,48%, em 2011), com queda de 3,42pp, que representou a maior queda relativa.

Desagregando-se a análise em nível de subsetor, os dados demonstram que 11 subsetores apresentaram ganhos reais inferiores à média do total dos setores da economia, com dois deles apontando retração, em relação ao ano de 2011: Indústria de Material de Transporte (-0,34%) e Ensino (-1,11%).

Os subsetores que evidenciaram crescimento inferior à média de todos os setores, são, no campo da Indústria de Transformação, as Indústrias Metalúrgica (1,13%), Mecânica (1,89%), de Papel e Indústria Gráfica (1,68%), da Borracha, Fumo e Couros (1,56%) e a Química (1,08%) e, no campo do setor de Serviços, os subsetores de Serviços de Instituição Financeira (1,07%), de Transporte e Comunicações (2,28%) e de Alojamento e Comunicação (0,38%) e o SIUP(1,06%) já mencionado.

Tabela 9

**BRASIL - Remuneração Média em 31/12, em Reais, a preços de Dez/2012, por Setor e Subsetor, em 2011 E 2012**

Setor/Subsetor	2011	2012	Variação relativa (%)
<b>Extrativa Mineral</b>	<b>4.660,21</b>	<b>4.928,94</b>	<b>5,77</b>
<b>Indústria de Transformação</b>	<b>2.030,72</b>	<b>2.083,82</b>	<b>2,61</b>
Prod. Mineral Não Metálico	1.531,01	1.611,68	5,27
Indústria Metalúrgica	2.253,94	2.279,31	1,13
Indústria Mecânica	2.724,28	2.775,66	1,89
Elétrico e Comunic	2.394,14	2.497,40	4,31
Material de Transporte	3.483,85	3.472,08	-0,34
Madeira e Mobiliário	1.309,51	1.385,50	5,80
Papel e Gráf	2.366,00	2.405,65	1,68
Borracha, Fumo, Couros	1.976,58	2.007,43	1,56
Indústria Química	3.070,99	3.104,06	1,08
Indústria Têxtil	1.203,66	1.244,98	3,43
Indústria Calçados	1.031,51	1.092,74	5,94
Alimentos e Bebidas	1.511,21	1.587,92	5,08
<b>Serviço Utilidade Pública</b>	<b>3.648,80</b>	<b>3.687,53</b>	<b>1,06</b>
<b>Construção Civil</b>	<b>1.687,19</b>	<b>1.749,09</b>	<b>3,67</b>
<b>Comércio</b>	<b>1.327,39</b>	<b>1.400,83</b>	<b>5,53</b>
Comércio Varejista	1.200,92	1.266,77	5,48
Comércio Atacadista	1.970,24	2.075,96	5,37
<b>Serviços</b>	<b>1.986,80</b>	<b>2.028,49</b>	<b>2,10</b>
Instituição Financeira	4.729,23	4.779,96	1,07
Adm Técnica Profissional	1.781,19	1.863,25	4,61
Transporte e Comunicações	1.971,72	2.016,62	2,28
Aloj Comunic	1.340,89	1.346,03	0,38
Médicos Odontológicos Vet	1.886,68	1.951,13	3,42
Ensino	2.884,89	2.852,84	-1,11
<b>Administração Pública</b>	<b>2.842,80</b>	<b>2.964,40</b>	<b>4,28</b>

## II.4 – Remuneração por Tamanho de Estabelecimento

Os dados por Tamanho de Estabelecimento mostram que todas as faixas tiveram aumento dos rendimentos, que variaram de 5,42%, para os estabelecimentos de 1 a 4 e de 5 a 9 vínculos, à 2,29% naqueles de 500 a 999 vínculos. A amplitude da variação dos ganhos reais do rendimento médio, entre todas as faixas de estabelecimentos, em 2012, é da ordem de 3,13 pp, o que representou um aumento de mais de 1pp em relação ao comportamento observado em 2011 (1,95pp).

Comparado ao comportamento do ano anterior, nota-se um aumento dos ganhos reais em quase todas as faixas de estabelecimentos, à exceção dos estabelecimentos de maior porte, de 250 a 499 vínculos e os estabelecimentos de 1000 ou mais vínculos, que registraram, em 2011 vis-à-vis 2012, respectivamente, crescimento de 3,81% em 2011, frente a uma expansão de 2,77% em 2012 e 3,17% em 2011, ante um aumento de 3,04% em 2012.

Em pontos percentuais, as maiores elevações do rendimento médio, em relação ao ano anterior, se concentraram nas faixas de estabelecimentos de menor porte, sobretudo nas três primeiras (estabelecimentos de 1 a 4 vínculos ((+5,42% ou +2,1 pp); estabelecimentos de 5 a 9 vínculos (5,42% ou +2,19pp); estabelecimentos de 10 a 19 vínculos ((+4,36% ou +1,23pp)), consoantes ao aumento mais consistente das faixas salariais, em termos de grau de escolaridade, cujos valores são mais atrelados ao salário mínimo. No estrato de 1.000 ou mais, a variação foi da ordem de 3,04%. Isso resultou em uma ligeira redução da distância dos rendimentos auferidos nos micro estabelecimentos (R\$ 1,060,18) e nos grandes estabelecimentos, com 1.000 ou mais vínculos (R\$ 2.983,17), que passou de 188,32% em 2010, para 187,89% em 2011 e atingiu 181,38% em 2012. Essa expressiva diferença entre as remunerações médias desses dois estratos pode ser explicada pela interação de um conjunto de fatores, tais como o nível de escolaridade, o grau de sindicalização e o poder de mercado dos estabelecimentos de repassar os custos aos preços. É de se esperar também que, nos estabelecimentos maiores, haja uma mão de obra mais qualificada e, por conseguinte, melhor remunerada. Nesse contexto, percebe-se uma nítida correlação entre o tamanho do estabelecimento e os rendimentos, ou seja, quanto maior o estabelecimento, maior a remuneração dos trabalhadores.

Tabela 10

BRASIL - Remuneração Média de Dezembro, Em Reais, A Preços  
Dez/2012, Por Tamanho Estabelecimento, Em 2011 E 2012

Tamanho do Estabelecimento	2011	2012	Varição Relativa (%)
De 1 a 4 vínculos ativos	1.005,65	1.060,18	5,42
De 5 a 9 vínculos ativos	1.187,40	1.251,78	5,42
De 10 a 19 vínculos ativos	1.370,64	1.430,46	4,36
De 20 a 49 vínculos ativos	1.567,65	1.621,20	3,42
De 50 a 99 vínculos ativos	1.761,60	1.828,03	3,77
De 100 a 249 vínculos ativos	2.018,67	2.094,01	3,73
De 250 a 499 vínculos ativos	2.252,97	2.315,42	2,77
De 500 a 999 vínculos ativos	2.431,07	2.486,74	2,29
1000 ou mais vínculos ativos	2.895,19	2.983,17	3,04

### III – Raça/Cor

O Ministério do Trabalho e Emprego tem envidado esforços em ações vinculadas à melhoria da qualidade das informações referentes à variável raça/cor, especificamente aquelas relativas aos vínculos empregatícios estatutários, porém não tem obtido os resultados esperados. Ou seja, os dados de 2012 continuam não apresentando o mesmo padrão de confiabilidade das demais variáveis da RAIS. Dessa forma, o enfoque dessa análise será o comportamento do emprego celetista, segundo raça/cor, que em 2012, somaram 38,9 milhões. Também, da mesma forma dos anos anteriores, serão comentados apenas os vínculos empregatícios da raça/cor classificados como Brancos, Pardos e Negros, considerando a baixa representatividade dos vínculos classificados como amarelos e indígenas, que, em conjunto, corresponde cerca de 1%.

As informações de 2012, segundo recorte por raça/cor, evidenciam que os trabalhadores declarados como Brancos, Pretos/Negros e os Pardos, apontaram expansão no contingente de vínculos empregatícios, com destaque para os Pardos, que registraram aumento de 5,88%, ante 9,13% no ano anterior, mostrando uma desaceleração no ritmo de crescimento do emprego, comparativamente ao registrado em 2011. Em termos absolutos, lideraram pela segunda vez consecutiva a geração de empregos, com incremento de 659,8 mil postos de trabalho. Esses resultados deram continuidade ao processo de elevação da participação dos Pardos, que em 2010 era de 28,98%, subiu para 29,85% em 2011 e alcançou 30,55% em 2012.

A segunda maior taxa de crescimento foi verificada para os vínculos de Pretos/Negros, que aumentaram o contingente de empregos em 2,31%, ante 4,53% em 2011, representando um incremento de 44,5 mil postos. Cumpre ressaltar que essa redução no ritmo de crescimento do emprego em 2012, traduziu-se no contínuo movimento de redução da taxa de participação que em 2010 foi da ordem de 5,20%, apresentou um recuo para 5,13%, em 2011 e, em 2012 atingiu 5,08%.

Os trabalhadores classificados como Brancos, por sua vez, vêm perdendo seu dinamismo, em termos de crescimento de emprego, movimento já detectado nos anos anteriores. No ano em análise, registrou expansão de 0,83%, percentual bem abaixo da média 3,46%, o que teve como resultante a continuidade da trajetória declinante verificada desde 2007. Nos últimos três anos, os percentuais de participação foram de 61,05% em 2010, 58,25% em 2011, e de 56,77 % em 2012.

Da leitura dos dados por Gênero depreende-se que o crescimento médio do emprego da mulher (5,36%) superior aos dos homens (2,29%) foi oriundo da elevação do contingente das mulheres superiores a dos homens nos três tipos de raça/cor: Parda, 8,88% para as mulheres, ante 4,28% para os homens, Preta/Negra, 4,98% para as mulheres e 1,04% para os homens, e Branca, 2,33% para as mulheres, ante um recuo de 0,19% para os homens.

BRASIL - Número de Vínculos Celetistas Ativos Em 31/12, Segundo Raça/Cor e Gênero, Em 2011 e 2012

RAÇA/COR	RAIS 2011			RAIS 2012			Variação Absoluta			Variação Relativa		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Indígena	56.062	28.630	84.692	58.609	32.878	91.487	2.547	4.248	6.795	4,54	14,84	8,02
Branca	13.041.365	8.863.969	21.905.334	13.016.647	9.070.759	22.087.406	-24.718	206.790	182.072	-0,19	2,33	0,83
Preta/Negra	1.311.737	618.853	1.930.590	1.325.418	649.697	1.975.115	13.681	30.844	44.525	1,04	4,98	2,31

Tabela 11

Os dados por Grau de Instrução revelam que, nos níveis de escolaridade até o grau de instrução de ensino Médio Incompleto, os trabalhadores classificados como Negros/Pretos apresentam uma maior participação relativa, quando comparada com a participação dos Brancos e dos Pardos. No caso da faixa de menor escolaridade, Analfabetos, o percentual dos Pretos/Negros correspondia a 0,81%, o dos Pardos a 0,64%, ante 0,26% para os Brancos. No grau de Ensino Médio Incompleto, as participações dos assalariados Pretos/Negros e Pardos eram de 10,48% e de 9,48%, respectivamente, contra 8,63% dos Brancos.

A partir desse nível de escolaridade, percebe-se que a participação do Preto/Negro atinge seu ápice no Ensino Médio Completo, ponto comum para todos os tipos de raça/cor. Porém, neste nível de escolaridade verifica-se um ponto de inflexão da participação deste contingente de trabalhadores, ao registrar uma participação de 42,63% nesse grau de instrução, assinalando uma redução de 1,96 pp em relação à participação dos trabalhadores classificados como Brancos (44,59%) e de 6,18 pp no que diz respeito àqueles denominados de Pardos (48,81%). Nos níveis de Educação Superior Incompleta e Completa, a representatividade do Preto/Negro é a menor, dentre os três tipos (2,57% e 5,35%, respectivamente), seguida dos Pardos, com 3,07% e 7,67 % para os respectivos graus de instrução e de 4,83% e 15,51% para os Brancos, o que pode estar refletindo uma desigualdade nas oportunidades de trabalho.

As informações por Gênero evidenciam, em termos gerais, que a participação da mulher, nos três tipos de Raça/Cor, é menor nos níveis de escolaridade abaixo do nível Médio Incompleto e maior nas faixas de mais altos graus de instrução, quando comparada à participação dos homens, o que assinala o movimento de aumento de anos de estudo das mulheres em ritmo superior ao masculino.

Tabela 12

BRASIL - DISTRIBUIÇÃO DE EMPREGO EM 31/12/2012, POR RAÇA/COR, GRAU DE INSTRUÇÃO E GÊNERO

Grau de Instrução	Branca			Preta/Neegra			Parda			Total		
	Masc.	Fem.	Total									
Analfabeto	0,37	0,11	0,26	1,08	0,27	0,81	0,91	0,16	0,64	0,60	0,13	0,42
Até o 5º ano Incomp. Ensino Fundamental	3,31	1,44	2,54	7,27	3,29	5,96	6,35	2,03	4,81	4,60	1,71	3,48
5º ano Completo do Ensino Fundamental	4,79	2,52	3,85	6,96	4,14	6,03	5,32	2,38	4,27	5,10	2,55	4,11
Do 6º ao 9º ano Incomp. Ensino Fundamental	8,44	4,95	7,00	12,81	8,37	11,35	10,57	5,63	8,81	9,44	5,32	7,84
Ensino Fundamental Completo	14,67	10,07	12,78	16,11	12,18	14,82	14,25	9,19	12,44	14,61	9,90	12,78
Ensino Médio Incompleto	9,43	7,48	8,63	10,84	9,77	10,48	10,12	8,33	9,48	9,76	7,84	9,01
Ensino Médio Completo	42,42	47,71	44,59	38,75	50,53	42,63	44,38	56,78	48,81	42,88	50,60	45,88
Educação Superior Incompleta	4,05	5,94	4,83	2,02	3,70	2,57	2,35	4,36	3,07	3,33	5,36	4,12
Educação Superior Completa	12,53	19,79	15,51	4,17	7,76	5,35	5,76	11,12	7,67	9,67	16,59	12,36
<b>Total</b>	<b>100,00</b>											

Fonte: RAIS/2010 - MTE

Em 2012, os rendimentos dos trabalhadores classificados como Pardos e Pretos/Negros registraram praticamente o mesmo percentual de ganho real (5,23% e 5,21%), respectivamente, ante uma elevação de 3,59% para os Brancos. Esse resultado volta a repetir o tipo de comportamento dos anos de 2010 e de 2009, nos quais os trabalhadores Pardos apontaram aumentos reais superiores aos obtidos para os Brancos.

Os rendimentos médios dos vínculos empregatícios declarados como Pretos/Negros representam 69,58% em 2012, frente 68,51% no ano anterior daqueles auferidos pelos Brancos. Tal resultado indica a continuidade da redução da disparidade entre os rendimentos recebidos pelos respectivos assalariados formais, registrado desde 2007. Na relação dos rendimentos dos Pardos versus Brancos, esse percentual atinge 71,36% em 2012, ante 70,25% em 2011, retomando o processo de redução interrompido neste ano.

No tocante ao Gênero, verifica-se que a Mulher Preta/ Negra foi a que obteve o maior percentual de aumento nos rendimentos, de 5,36%, frente 5,02% para a classificada como Parda e 3,69% para a Mulher Branca. No que diz respeito aos Homens, a liderança no aumento real ocorreu para aqueles trabalhadores Pardos, de 5,68%, seguidos dos trabalhadores Pretos/ Negros (5,49%) e dos Brancos (3,80%).

Tabela13

**BRASIL - Remuneração em Dezembro Dos Vínculos Celetistas Ativos, Segundo Raça/Cor E Gênero**

Raça/Cor	RAIS 2011 (*)			RAIS 2012			Variação Relativa		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Indígena	1.659,39	1.308,88	1.540,21	1.766,87	1.426,78	1.644,24	6,48	9,01	6,75
Branca	2.229,94	1.650,08	1.994,45	2.314,76	1.711,01	2.066,12	3,80	3,69	3,59
Preta/Negra	1.488,59	1.108,39	1.366,47	1.570,28	1.167,82	1.437,62	5,49	5,36	5,21
Amarela	2.703,66	2.250,20	2.530,46	2.658,01	2.143,65	2.453,84	-1,69	-4,74	-3,03
Parda	1.526,79	1.166,63	1.401,18	1.613,53	1.225,23	1.474,31	5,68	5,02	5,22
<b>Total</b>	<b>1.942,25</b>	<b>1.479,70</b>	<b>1.765,11</b>	<b>2.013,72</b>	<b>1.528,36</b>	<b>1.824,57</b>	<b>3,68</b>	<b>3,29</b>	<b>3,37</b>

(\*) Deflator: INPC

Fonte: RAIS - Dec. 76.900/75

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE

Os rendimentos médios por grau de instrução e recorte por raça/cor dos trabalhadores classificados como Brancos são superiores os rendimentos médios percebidos pelos trabalhadores considerados como Pretos/Negros e como Pardos, em todos os níveis de graus de instrução, o que parece indicar desigualdade de oportunidade no mercado de trabalho.

A maior disparidade entre os rendimentos médios auferidos pelos Pretos/Negros, em relação aos percebidos pelos Brancos, ocorre no nível Superior Completo, onde os rendimentos médios dos Pretos/Negros versus os rendimentos dos Brancos representavam 71,41% em 2012, sendo de 70,42% em 2011 e de 69,83% em 2010, sinalizando, contudo, um processo contínuo de recuperação. No caso dos Pardos, essa representatividade dos rendimentos, comparativamente aos dos Brancos, atingiu 75,51% em 2012, contra 74,55% em 2011, apontando um aumento na representatividade, após ter registrado recuo em 2011, frente ao percentual ocorrido em 2010 (74,84%).

No sentido oposto, a menor diferença entre os rendimentos dos Pretos/Negros versus Brancos ocorreu na faixa de Ensino Fundamental Completo (91,72%). Note-se que este percentual é superior ao verificado no ano anterior (91,14%), e, por conseguinte, àquele apresentado em 2010 (90,63%), o que demonstra um processo sucessivo de declínio das distâncias entre os rendimentos auferidos pelos Pretos/Negros e os Brancos, nesse grau de instrução. No que se refere aos Pardos a maior representatividade dos rendimentos nesse mesmo tipo de comparação situou-se na faixa de 5º Ano Completo do Ensino Fundamental,

cujo percentual elevou-se de 90,62% em 2011 para 92,14%, após ter apontado uma queda, quando confrontado com o percentual de 2010 (91,16%).

Tabela 14  
BRASIL - Remuneração Média de Dezembro, Por Grau De Instrução E Raça/Cor, Em 2012

Grau de Instrução	Branca (a)	Preta/Negra (b)	Parda (c)	Total	Relação % (b)/(a)	Relação % (c)/(a)
Analfabeto	1.053,27	962,58	947,67	993,73	91,39	89,97
Até o 5º ano Incomp. do Ensino Fundamental	1.241,86	1.126,07	1.142,39	1.215,17	90,68	91,99
5º ano Completo do Ensino Fundamental	1.332,45	1.210,12	1.227,67	1.300,97	90,82	92,14
Do 6º ao 9º ano Incomp. do Ensino Fundamental	1.316,62	1.193,29	1.202,19	1.290,25	90,63	91,31
Ensino Fundamental Completo	1.342,16	1.231,06	1.210,40	1.347,75	91,72	90,18
Ensino Médio Incompleto	1.245,22	1.127,82	1.089,05	1.228,49	90,57	87,46
Ensino Médio Completo	1.579,95	1.421,97	1.326,53	1.576,16	90,00	83,96
Educação Superior Incompleta	2.444,98	2.019,40	1.960,50	2.361,30	82,59	80,18
Educação Superior Completa	5.001,32	3.571,60	3.776,49	4.734,73	71,41	75,51
<b>Total</b>	<b>2.066,12</b>	<b>1.437,62</b>	<b>1.474,31</b>	<b>2.080,07</b>	<b>69,58</b>	<b>71,36</b>

Obs.: no total estão incluídas as remunerações das raças Amarela, Indígena e Não Identificadas

Fonte: RAIS/2012 - MTE

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE

## V – Pessoas com Deficiência

Em 2012, de acordo com a RAIS, verificou-se um aumento de 1,54 % no número de pessoas declaradas como deficientes-PCD, representando um acréscimo de cinco mil empregos. Com esse resultado, soma-se 330,3 mil vínculos declarados como PCD, o que corresponde a 0,70% do total dos vínculos empregatícios, sinalizando uma relativa estabilidade, quando comparado com o resultado registrado em 2011 (0,70%). Do total de 330,3 mil, 214,7 mil eram do gênero masculino e 115,6 mil do feminino, o que indica uma proporção de 65,00% do total de Deficientes para o Homem e de 35,00% para a Mulher, apontando uma ligeira queda da participação dos Homens PCD, quando comparado com os resultados de 2011 ( 65,74%).

Tabela 15

## BRASIL - TOTAL DE EMPREGOS EM 31/12 E VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA, POR TIPO DE DEFICIÊNCIA E GÊNERO

Tipo de Deficiência	RAIS/2011			RAIS/2012			Variação Absoluta			Variação Relativa (%)		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Física	114.208	59.999	174.207	110.224	60.244	170.468	-3.984	245	-3.739	-2,29	0,41	-2,15
Auditiva	48.171	25.408	73.579	47.520	26.865	74.385	-651	1.457	806	-0,88	5,73	1,10
Visual	14.078	7.769	21.847	16.745	9.374	26.119	2.667	1.605	4.272	12,21	20,66	19,55
Intelectual (Mental)	13.398	5.412	18.810	15.141	6.176	21.317	1.743	764	2.507	9,27	14,12	13,33
Múltipla	2.724	1.420	4.144	3.047	1.649	4.696	323	229	552	7,79	16,13	13,32
Reabilitado	21.268	11.436	32.704	22.017	11.294	33.311	749	-142	607	2,29	-1,24	1,86
Total de Deficientes	213.847	111.444	325.291	214.694	115.602	330.296	847	4.158	5.005	0,26	3,73	1,54
Não Deficientes	26.694.512	19.290.828	45.985.340	27.087.486	20.040.930	47.128.416	392.974	750.102	1.143.076	0,85	3,89	2,49
<b>Total</b>	<b>26.908.359</b>	<b>19.402.272</b>	<b>46.310.631</b>	<b>27.302.180</b>	<b>20.156.532</b>	<b>47.458.712</b>	<b>393.821</b>	<b>754.260</b>	<b>1.148.081</b>	<b>0,85</b>	<b>3,89</b>	<b>2,48</b>

Fonte: RAIS/2012 - MTE

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE

Com relação às modalidades, os dados demonstram uma predominância do gênero Masculino em todas elas, porém, evidenciam também sinais de redução na maioria, com exceção dos vínculos classificados como reabilitados, que registraram uma elevação, ao passarem de 65,03%, em 2011, para 66,10% em 2012. Quanto aos demais tipos, nos respectivos anos, os percentuais foram de 65,56%, ante 64,66% para as pessoas com deficiência física, de 65,47%, ante 63,88 para as pessoas auditivas, no caso das pessoas com deficiência visual, de 64,44% para 64,11%, no que se refere aos Intelectuais (Mentais), de 71,23% para 71,03 e de 65,73 % para 64,89% naqueles vínculos com deficiências Múltiplas.

Tabela 16

## BRASIL - TOTAL DE EMPREGOS EM 31/12 E VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA, POR TIPO DE DEFICIÊNCIA E GÊNERO

Tipo de Deficiência	RAIS/2011				RAIS/2012			
	Masculino	Feminino	Total	Participação Masc./Total	Masculino	Feminino	Total	Participação Masc./Total
Física	114.208	59.999	174.207	65,56	110.224	60.244	170.468	64,66
Auditiva	48.171	25.408	73.579	65,47	47.520	26.865	74.385	63,88
Visual	14.078	7.769	21.847	64,44	16.745	9.374	26.119	64,11
Intelectual (Mental)	13.398	5.412	18.810	71,23	15.141	6.176	21.317	71,03
Múltipla	2.724	1.420	4.144	65,73	3.047	1.649	4.696	64,89
Reabilitado	21.268	11.436	32.704	65,03	22.017	11.294	33.311	66,10
Total de Deficientes	213.847	111.444	325.291	65,74	214.694	115.602	330.296	65,00
Não Deficientes	26.694.512	19.290.828	45.985.340	58,05	27.087.486	20.040.930	47.128.416	57,48
<b>Total</b>	<b>26.908.359</b>	<b>19.402.272</b>	<b>46.310.631</b>	<b>58,10</b>	<b>27.302.180</b>	<b>20.156.532</b>	<b>47.458.712</b>	<b>57,53</b>

Fonte: RAIS/2012 - MTE

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE

As informações da RAIS por Grau de Instrução e Tipo de Deficiência indicam que, no Ensino Médio Completo, concentra-se o maior número de vínculos empregatícios de todas as modalidades, à semelhança do total dos vínculos. No caso das pessoas com deficiência Física, esse montante é da ordem de 76,6 mil, seguido das pessoas com deficiência Auditiva (28,5 mil) e 12,0 mil para aqueles com deficiência Visual, Intelectual (Mental) (6,0 mil) e Múltipla (1,7 mil). Em contrapartida, é na categoria dos Analfabetos que se verifica o menor número de vínculos empregatícios entre os cinco tipos de deficiência. No que diz respeito ao tipo de deficiência Física, a segunda posição no ranking de Grau de Instrução refere-se ao nível Superior Completo, com 25,4 mil vínculos. No caso do tipo Auditivo, os níveis

Fundamental Completo e Sexta à Nona Série Fundamental respondem pela segunda e terceira posição no ranking, com 9,6 mil e 9,2 mil, respectivamente.

Tabela 17

BRASIL - NÚMERO DE EMPREGOS POR GRAU DE INSTRUÇÃO E TIPO DEFICIÊNCIA EM 31/12/2012

Grau de Instrução	Física	Auditiva	Visual	Intelectual (Mental)	Múltipla	Reabilitado	Total de Deficientes	Total de Empregos
Analfabeto	793	608	131	936	88	114	2.670	168.913
Até o 5º ano Incomp. do Ensino Fundamental	6.398	4.691	943	3.118	380	1.106	16.636	1.552.101
5º ano Completo do Ensino Fundamental	6.969	4.521	895	1.282	333	1.539	15.539	1.802.377
Do 6º ao 9º ano Incomp. do Ensino Fundamental	14.809	9.175	1.970	4.047	556	3.055	33.612	3.294.414
Ensino Fundamental Completo	17.434	9.643	2.443	2.826	617	4.299	37.262	5.604.327
Ensino Médio Incompleto	13.363	6.701	2.071	2.498	417	2.436	27.486	3.692.042
Ensino Médio Completo	76.622	28.477	12.008	5.959	1.650	14.933	139.649	20.996.292
Educação Superior Incompleta	8.690	2.354	1.353	247	151	1.461	14.256	1.901.385
Educação Superior Completa	25.390	8.215	4.305	404	504	4.368	43.186	8.446.861
<b>Total</b>	<b>170.468</b>	<b>74.385</b>	<b>26.119</b>	<b>21.317</b>	<b>4.696</b>	<b>33.311</b>	<b>330.296</b>	<b>47.458.712</b>

Fonte: RAIS/2012 - MTE

9,02,

ligeiramente menores que a média dos rendimentos do total de vínculos formais (R\$ 2.080,07). Esse resultado indica uma redução nos rendimentos médios do total de pessoas com deficiência, da ordem de 0,96%, oriunda, principalmente, da queda dos rendimentos das pessoas com Deficiência Física (-13,08%). É importante lembrar que essa variável de pessoas com deficiência ainda está passando por ajustes, não possuindo o mesmo padrão de qualidade das demais variáveis da RAIS.

Com relação aos rendimentos médios por Gênero, segundo as modalidades de deficiência, verifica-se que, em todos os tipos, o Homem aufer rendimentos superiores aos das Mulheres, apontando variações na participação dos rendimentos das Mulheres versus Homens que oscilam entre 59,21%, para as pessoas com deficiência Auditiva, a 90,87% para as pessoas com deficiência Intelectual (Mental). No caso das pessoas com deficiência Física, esse percentual atinge 75,40%, sendo 77,08% para aquelas com deficiência Visual e 77,31% para as com deficiência Múltipla.

Tabela 18

BRASIL - REMUNERAÇÃO MÉDIA (R\$) EM 31/12/2012, POR TIPO DE DEFICIÊNCIA E GÊNERO

TIPO DE DEFICIÊNCIA	RAIS/2011			RAIS/2012			Variação Relativa (%)			Relação Rem. Fem/Masc 2012 (%)
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	
Física	2.134,27	1.643,93	1.966,68	2.178,11	1.642,19	1.989,84	2,05	-0,11	1,18	75,40
Auditiva	2.615,63	1.526,07	2.240,89	2.502,55	1.481,81	2.134,74	-4,32	-2,90	-4,74	59,21
Visual	2.597,51	1.816,68	2.321,91	2.197,94	1.694,16	2.018,12	-15,38	-6,74	-13,08	77,08
Intelectual (Mental)	953,46	859,73	926,49	975,00	886,02	949,26	2,26	3,06	2,46	90,87
Múltipla	1.633,25	1.264,20	1.506,57	1.714,00	1.325,11	1.576,65	4,94	4,82	4,65	77,31
Reabilitado	2.499,99	1.919,12	2.302,19	2.553,91	2.041,17	2.385,09	2,16	6,36	3,60	79,92
Total de Deficientes	2.220,56	1.596,14	2.008,37	2.197,25	1.598,19	1.989,02	-1,05	0,13	-0,96	72,74
Não Deficientes	2.177,01	1.804,03	2.020,02	2.250,81	1.851,64	2.080,69	3,39	2,64	3,00	82,27
<b>Total</b>	<b>2.177,43</b>	<b>1.802,97</b>	<b>2.020,02</b>	<b>2.250,40</b>	<b>1.850,26</b>	<b>2.080,07</b>	<b>3,35</b>	<b>2,62</b>	<b>2,97</b>	<b>82,22</b>

(\*) Deflator: INPC

Fonte: RAIS - Dec. 76.900/75

Elaboração: CGE/DES/SPPE/MTE

As informações por Grau de Instrução evidenciam que, a partir do Ensino Médio Incompleto, existe uma correlação direta entre os rendimentos e o grau de escolaridade em todas as modalidades de deficiência. É importante registrar que, no nível Superior Completo, os tipos Auditivo (R\$ 5.403,11) e Visual (R\$ 4.648,77) são aqueles que auferem os maiores rendimentos médios. Em contraposição, os menores salários ocorreram nos tipos Intelectual

(Mental) (R\$ 2.684,44), seguido dos tipos Reabilitado (R\$ 3.858,31), deficiência Múltipla (R\$ 3.870,99) e deficiência Física (R\$ 4.444,72).

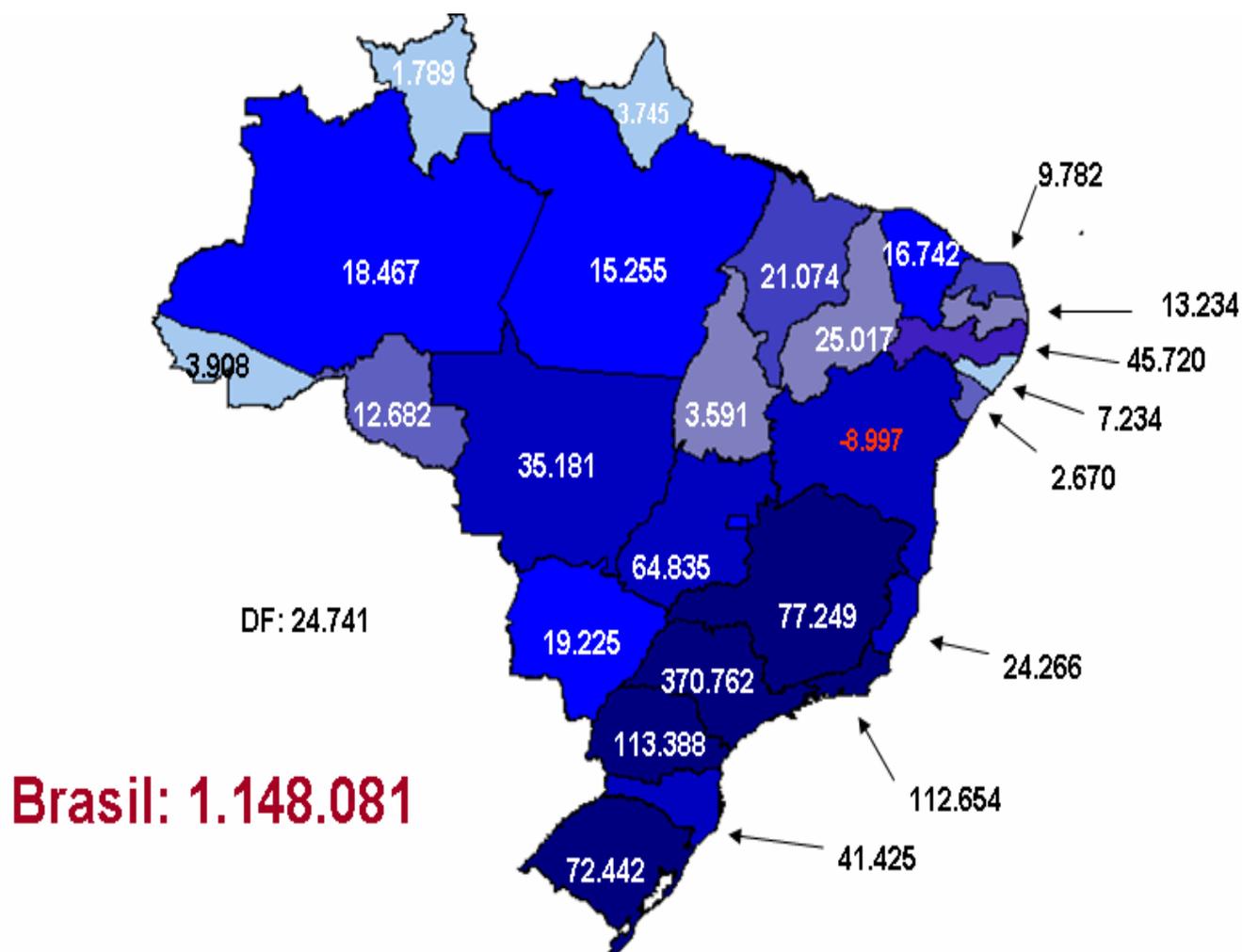
Tabela 19

BRASIL - REMUNERAÇÃO MÉDIA (R\$) EM 31/12/2012, POR GRAU DE INSTRUÇÃO E TIPO DE DEFICIÊNCIA.

Grau de Instrução	Física	Auditiva	Visual	Intelectual (Mental)	Múltipla	Reabilitado	Total de Deficientes	Total de Empregos
Analfabeto	1.037,31	1.023,37	928,64	806,09	876,59	1.024,59	939,10	993,73
Até o 5º ano Incomp. do Ensino Fundamental	1.232,24	1.340,02	1.145,64	873,63	946,82	1.508,42	1.198,78	1.215,17
5º ano Completo do Ensino Fundamental	1.450,15	1.699,33	1.317,12	881,33	1.264,61	1.727,77	1.491,29	1.300,97
Do 6º ao 9º ano Incomp. do Ensino Fundamental	1.323,08	1.454,49	1.226,40	841,64	1.163,22	1.805,32	1.332,15	1.290,25
Ensino Fundamental Completo	1.437,71	1.768,21	1.361,16	939,73	1.375,19	2.074,56	1.551,54	1.347,75
Ensino Médio Incompleto	1.245,82	1.415,46	1.217,77	864,91	1.106,98	1.809,52	1.296,47	1.228,49
Ensino Médio Completo	1.600,31	1.865,56	1.560,31	1.002,36	1.435,44	2.314,32	1.698,26	1.576,16
Educação Superior Incompleta	2.256,12	2.506,11	2.044,72	1.407,59	1.612,84	2.941,95	2.323,63	2.361,30
Educação Superior Completa	4.444,72	5.403,11	4.648,77	2.684,44	3.870,99	3.858,31	4.570,96	4.734,73
<b>Total</b>	<b>1.989,84</b>	<b>2.134,74</b>	<b>2.018,12</b>	<b>949,26</b>	<b>1.576,65</b>	<b>2.385,09</b>	<b>1.989,02</b>	<b>2.080,07</b>

Fonte: RAIS/2012 - MTE  
Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE

### Saldo do Emprego Formal – 2012 Variação Absoluta



Saldo do Emprego Formal – 2012  
Variação Relativa

